

01/08/2018

APEOESP

39

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

10 DE AGOSTO, DIA DO BASTA

Pare sua escola e venha para a luta

*Ato Público na avenida Paulista
em frente a Fiesp – a partir das 10 horas*

Na próxima sexta-feira, 10, as centrais sindicais, como a CUT, realizarão o Dia do Basta, com paralisações em todo o País contra o desemprego, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a agenda de privatizações e o reajuste dos combustíveis e do gás de cozinha, entre outras reivindicações específicas de cada categoria.

Estão previstas atividades em todas as regiões do Estado. Na Capital, além de mobilizações das categorias em seus locais de trabalho, acontecerá um ato na Avenida Paulista, em frente ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), uma das entidades que mais atuou para a concretização do golpe e responsável pela atual crise. Atualmente o Brasil possui 13,2 milhões de desempregados, o dobro do que foi registrado em 2014.

APEOESP participará do Dia do Basta

Orientamos as subsedes a organizarem caravanas para o ato na Avenida Paulista. Vamos levar as bandeiras da categoria: pela revogação da Emenda Constitucional 95 – que congela por 20 anos investimentos em Educação e Saúde –; pela revogação da reforma do ensino médio, nenhuma disciplina a menos; contra a privatização da escola pública; pelo imediato cumprimento do reajuste de 10,15%; por

nova forma de contratação dos professores temporários com equiparação de direitos aos efetivos; respeito aos readaptados, entre outras reivindicações.

Por que devemos participar?

Contra a BNCC do governo golpista

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento oficial que define os conteúdos das disciplinas que os estudantes têm o direito de aprender durante sua vida escolar.

A BNCC, conforme encaminhada pelo MEC do governo ilegítimo e golpista, é uma proposta elaborada a partir das ideias de empresários e banqueiros com interesses na privatização do ensino público. Foi encaminhada sem qualquer debate com a sociedade e entidades representativas dos profissionais da Educação com objetivo de consolidar a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017).

Esta proposta da BNCC faz parte de mais um dentre os ataques do governo golpista de Michel Temer, assim como a reforma do ensino médio encaminhada via medida provisória, e a Emenda Constitucional 95, de contenções de gastos com as áreas sociais.

Liderado pela APEOESP, o movimento dos professores, estudantes e pais barrou a realização da audiência pública promovida em São Paulo no dia 8 de junho pelo Conselho Nacional de Educação, por entender que seria uma farsa para legitimar a BNCC de Temer, um ataque à construção de um sistema de ensino único.

Esta também foi a tentativa do governo no dia 2 de agosto: mascarar a imposição de um retrocesso com a ideia de debate em todo o país. Mais de 90% das escolas recusaram a proposta, que fragmenta o ensino, na medida que apresenta separação com a base comum da educação infantil e do ensino fundamental; propõe a exclusão, pois retira disciplinas do currículo, mantendo como obrigatórias somente Língua Portuguesa e Matemática; é privatizante, pois permite que grupos privados assumam até 40% do ensino médio regular e até 100% da Educação de Jovens e Adultos por meio do ensino a distância. Por fim e não menos importante, se aprovada a BNCC provocará desemprego.

Pelo imediato cumprimento dos 10,15%

Exigimos o imediato cumprimento do reajuste salarial de 10,15%, negociado no dia 6/6 com a ministra Cármen Lúcia, presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), com a presença do governador, do secretário da Educação e da presidenta da APEOESP, atualmente licenciada.

Pela revogação da Emenda Constitucional 95

Uma das primeiras medidas do governo imposto por Michel Temer foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos investimentos nas áreas sociais, especialmente na Saúde e na Educação.

Basta de desemprego!

A taxa de desocupação praticamente dobrou desde o final de 2014. O país possuía 6,5 milhões de desocupados no final de 2014 e registrou, em maio de 2018, 13,2 milhões de desocupados (taxa de desocupação de 12,7%).

Mais de 27,7 milhões de pessoas estão desocupadas, subocupadas ou já desistiram de procurar emprego há mais de dois anos.

Basta de aumento do preço do gás de cozinha e dos combustíveis

A gasolina aumentou em mais de 31%, o etanol em 22,6%, o diesel 14,3%, o botijão de gás 17,2% durante o governo Temer.

A partir de julho de 2017, o preço da gasolina subiu 50,04% e do diesel 52,15%, 25 vezes a inflação que foi em média de 2% neste período.

Basta de retirada de direitos da classe trabalhadora

A reforma trabalhista, aprovada no governo Temer, retirou direitos históricos da classe trabalhadora, gerou precarização do trabalho e o acesso à Justiça do Trabalho foi dificultado.

O rendimento médio dos ocupados caiu 13% na Região Metropolitana de São Paulo, 14% na Região Metropolitana de Salvador e 18% na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Os sindicatos ficaram fragilizados com o fim do imposto sindical e sem forma alternativa de financiamento.

Basta de privatização

O governo Temer mudou o regime de exploração do Pré-Sal, entregou áreas estratégicas de exploração às petrolíferas estrangeiras e reorientou a política de gestão e preços da Petrobras, preparando sua privatização.

Inúmeras empresas públicas têm sido privatizadas e agora é a Eletrobras que está na mira. Os aumentos na conta de luz na casa de cada brasileiro já ultrapassam 15%. E se o cenário está ruim, pode ficar ainda pior com a privatização: além de aumentos constantes na conta, a falta de investimentos no setor elétrico poderá causar apagões. Além disso, a perda do controle das águas de represas e rios tratá impactos no desenvolvimento da agricultura e das regiões do país.

Basta!

Queremos a revogação das medidas do governo Temer, retomada do crescimento e geração de emprego de qualidade, anulação da reforma trabalhista, proteção do trabalho, reformas estruturais de interesse popular e fortalecimento da democracia, assegurando o desenvolvimento sustentável!

Esclarecimento sobre o Decreto 63.609, de 31/7/2018

O governo publicou no Diário Oficial do Estado, em 31/7, Decreto 63.609 que altera o artigo 1º do Decreto 61.466, do ex-governador Alckmin, que restringe contratações no Estado de São Paulo.

É necessário dizer que somos contra esse decreto editado por Alckmin, porque é preciso que o Estado contrata quantos servidores sejam necessários para prover serviços públicos de qualidade, sem vedações impostas de cima para baixo a pretexto de contenção de despesas.

Esclarecemos, contudo, que o Decreto 63.609 veda a admissão de pessoal nas empresas públicas. Não afeta o magistério, portanto.